

AAIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e actores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha¹

Paulo Carvalho

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)
Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra
paulo.carvalho@fl.uc.pt

1. Contextos e pretextos para uma reflexão em torno das novas oportunidades para o desenvolvimento das áreas de montanha

Uma leitura de síntese sobre as políticas públicas para o desenvolvimento regional, a partir do exemplo da União Europeia e Portugal, permite evidenciar um conjunto de tendências evolutivas (mudanças qualitativas e quantitativas), quer no plano conceptual quer no contexto operativo, designadamente a territorialização, o desenho de novas lógicas de relacionamento e integração dos lugares e dos actores, a gestão participada e descentralizada, e a valorização dos recursos territoriais mais diferenciadores (como, por exemplo, o património natural e cultural).

Com efeito, desde o início dos anos 90 (século XX) emergem políticas e intervenções centradas na utilização inovadora de recursos patrimoniais com ligação ao lazer e turismo, no sentido de configurar novos caminhos para o desenvolvimento dos territórios e das populações. A segmentação e a especialização dos mercados turísticos, a diversificação económica e a transição funcional dos territórios são acompanhadas de uma nova exigência em matéria de planeamento e sustentabilidade do turismo, tendo em vista reduzir as suas externalidades negativas, preservar os recursos e distribuir de forma equitativa os seus benefícios.

Os ambientes de montanha, devido às suas fragilidades estruturais, aos desequilíbrios e situações de marginalidade, entre outros, suscitam preocupações prioritárias de ordenamento e desenvolvimento territo-

rial, e também por isso constituem um excelente laboratório de análise destas tendências evolutivas.

Na actualidade, as preocupações mais relevantes em matéria de desenvolvimento sustentável das montanhas decorrem do reconhecimento internacional das diferentes funções de interesse colectivo relacionadas com a utilização dos seus diversos recursos. Importa definir instrumentos adaptados às especificidades das montanhas e promover uma verdadeira articulação entre as diferentes políticas que interferem no seu desenvolvimento, ou seja, é fundamental um ordenamento e gestão participados dos territórios e uma visão prospectiva que tenha como principal preocupação a sustentabilidade económica, social e ecológica.

Com o intuito de aprofundar este quadro de mudanças, desafios e oportunidades, é nossa intenção reflectir (e suscitar reflexão) sobre os resultados (económicos, sociais e territoriais) de algumas iniciativas recentes ancoradas ao turismo (alternativo) e ao património, no âmbito da política regional da União Europeia (2000-2006), nomeadamente a Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (Componente FEDER) e o Programa das Aldeias do Xisto (Região Centro de Portugal), e discutir as perspectivas para o desenvolvimento destes territórios no contexto das novas (actuais) políticas públicas para o desenvolvimento regional (2007-2013).

A escolha deste caso tem como matriz explicativa dois argumentos principais: por um lado, é inquestionável o esquecimento secular e a persistente marginalização (na perspectiva das políticas públicas) que conduziu (ou pelo menos induziu) a dinâmicas negativas, como o despovoamento, o envelhecimento, o abandono e a degradação dos elementos estruturantes das paisagens culturais, e a desvitalização económica e social das Seras do Xisto; por outro lado, com base em estratégias inovadoras de base territorial, que pretendem integrar objectivos económicos, sociais e patrimoniais, ancoradas aos lazeres turísticos, emergem sinais/respostas que permitem antever novos caminhos e caminhantes

¹ O presente texto resulta da comunicação com o mesmo título apresentada ao "5º Workshop da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional", que decorreu na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra no dia 8 de Fevereiro de 2010.

Para melhor compreender a estrutura e o conteúdo desta reflexão, importa referir que a APDR, neste evento, pretendeu despoletar a produção de casos de estudo de desenvolvimento regional, com o intuito de publicar uma obra pedagógica na área da economia e da política do desenvolvimento regional, destinada em particular aos alunos de ensino superior do espaço lusófono.

(actores), e novas formas de relação, com destaque para os processos de cooperação e a criação de redes.

2. A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto (Região Centro de Portugal): requalificar territórios, criar centralidades e induzir novas lógicas de relacionamento e organização de actores

O Programa das Aldeias do Xisto (PAX) é uma iniciativa pública de desenvolvimento suportada pela Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) do Pinhal Interior (Componente FEDER), do Eixo II (Acções Integradas de Base Territorial) do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006), que pretendeu requalificar “um conjunto de aldeias serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infra-estruturação com redes básicas)” e constituir “uma rede de sítios de interesse turístico” (CCRC, 2001: 38). Trata-se de 24 micro-territórios de montanha (figura 1), repartidos por 14 municípios, das sub-regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Sul.

A estruturação e a implementação da AIBT do Pinhal Interior, segundo os principais domínios de intervenção e investimentos realizados, reflecte dois eixos prioritários: o turismo (cultural e ecológico) e o património (cultural e natural) (CARVALHO, 2009). Segundo elementos relativos a Janeiro de 2006, o investimento total aprovado aproximava-se de 25 milhões de euros, destacando-se o PAX (com 10.63 milhões de euros e 44.8% do investimento) e as iniciativas de valorização do património natural e cultural (entre as mais importantes neste domínio), com 52% do investimento aprovado (12.36 milhões de euros). Os projectos aprovados neste último contexto cobrem diversas áreas como, por exemplo, as praias fluviais e os museus. A título de comparação, podemos referir que as Aldeias Históricas de Portugal, no período de 1994 até 2002 (primeiro, em 1994-1999, como Programa Nacional, com dez lugares, e depois, em 2000-2006, como AIBT do Programa Operacional da Região Centro, com mais dois lugares), apoiaram investimentos (concretizados) de cerca de 35 milhões de euros (montante que, entretanto, ultrapassou os 40 milhões de euros). Por outro lado, é importante referir outras linhas de acção concretizadas, como a reabilitação social, em que foram realizadas diversas acções de formação dirigidas às populações das Aldeias do Xisto no sentido de dotá-las com as competências básicas em diversas áreas, designadamente atendimento turístico,

pedreiros do xisto e gastronomia (CARVALHO, 2006), e o apoio às actividades económicas relacionadas com o turismo, nomeadamente alojamento, animação, restauração/cafetaria e comércio de produtos endógenos.



Figura 1
A Aldeia do Candal (PAX), na Serra da Lousã.
Foto: Paulo Carvalho

No âmbito do PAX, a implementação dos Planos de Aldeia, com base na requalificação territorial dos lugares serranos, contribuiu para melhorar a qualidade de vida das populações locais e assegurou um conjunto de condições fundamentais que permitiram lançar as bases de um produto turístico vocacionado para os segmentos da procura turística relacionados com o turismo cultural, o turismo de natureza, o turismo de passeio pedestre, o turismo de aldeia e o turismo activo. A integração das Aldeias do Xisto na geografia dos destinos turísticos e do lazer deve ser entendida de acordo com a amplitude das novas motivações turísticas e de lazer, nomeadamente a aquisição de habitação secundária, o retorno às origens, a aquisição de produtos endógenos, a procura de paisagens de elevada qualidade estética e ambiental, a valorização do património natural e cultural, o desejo de viver novas experiências e a prática de actividades ao ar livre (CARVALHO, 2009).

A prossecução deste objectivo, ainda na vigência da AIBT do Pinhal Interior, decorreu no contexto de duas iniciativas muito relevantes. Por um lado, a criação de um Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior (SIEPI), responsável por 3.2% do total de investimento elegível aprovado no âmbito da referida AIBT (CARVALHO, 2009), apoiou a instalação ou o reforço de iniciativas de investimento empresarial nas áreas do alojamento turístico, animação turística, restauração, comércio e divulgação de produtos locais (em particular o artesanato). De forma complementar, a capacidade de alojamento turístico do contexto geográfico (es-

cala municipal) das Aldeias do Xisto, foi ampliada através da concretização de importantes projectos, apoiados por outros programas como, por exemplo, o LEADER+ (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) e o PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia) - este último através do SIVITUR (Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica) e do SIPIE (Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais).

Ao mesmo tempo, o Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto, preparado e promovido pela Pinus Verde (Associação de Desenvolvimento, com sede no Fundão), através de uma parceria com diversos municípios, entidades institucionais e agentes económicos e culturais da região, com o apoio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, definiu como prioritários os seguintes eixos de intervenção:

- Imagem e marketing territorial (conceber e promover uma imagem que identifique e promova o território);
- Comunicação e informação aos visitantes (editar uma revista de divulgação; colocar placares informativos das aldeias e da rede, em cada aldeia, e sinalética direccionada na rede viária);
- Novas funcionalidades económicas, designadamente estabelecer uma rede de lojas (Lojas Aldeias do Xisto) em regime de *franchising*, tendo em vista comercializar produtos das Aldeias do Xisto, recomendados com um selo que pretende reconhecer a qualidade dos mesmos. Depois da primeira loja, que abriu em Lisboa, entre a Sé e o Castelo de São Jorge, foram inauguradas (até ao final de 2009) novas lojas em Aigra Nova (Góis), Candal (Lousã), Barroca (Fundão), Pedrógão Pequeno (Sertão), Martim Branco (Castelo Branco) e Fajão (Pampilhosa da Serra);
- Gestão e promoção das Aldeias do Xisto e dos produtos (turísticos) associados, através da criação de uma Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto;
- Elaboração e implementação de um Plano de Animação das Aldeias do Xisto.
- Construção de uma rede de lugares (Rede das Aldeias do Xisto), a partir dos sítios intervenções no quadro do PAX.

Para concretizar este último desígnio, afirmar as Aldeias do Xisto como um produto turístico destinado a captar um segmento de mercado muito exigente (ao nível qualidade do serviço, da oferta cultural, da informa-

ção disponível e prestada, entre outros) e potenciar paisagens que oferecem inúmeras possibilidades de lazer, revelou-se fundamental a criação da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR).

A ADXTUR (entidade privada sem fins lucrativos), através de uma parceria que envolve 16 municípios e mais de 70 operadores privados que actuam no território, constitui uma plataforma de cooperação muito relevante no percurso de afirmação das Aldeias do Xisto. A oferta de serviços e produtos turísticos dos seus associados (alojamento, restauração, animação turística e comércio tradicional), articulada com o calendário de animação das Aldeias do Xisto, é uma das faces de maior visibilidade da acção inovadora deste órgão colegial, tendo em vista gerir e promover a marca Aldeias do Xisto, articular entidades públicas e agentes privados, induzir dinâmicas locais de desenvolvimento sustentável (através da diversificação e dinamização das actividades económicas, especialmente na área do turismo), valorizar recursos endógenos e contribuir para a integração do Pinhal Interior (na versão da AIBT) nas dinâmicas emergentes do mercado turístico.

O modelo de gestão da ADXTUR está alicerçado em grupos de trabalho sectoriais, tais como: praias fluviais (Rede de Praias Fluviais Aldeias do Xisto); ambiente, caça e pesca; ordenamento do território e regulamentos urbanos; produtos turísticos; Rede de Lojas Aldeias do Xisto; formação e qualidade - certificação; comunicação e marketing; projectos de desenvolvimento e cooperação estratégica, que correspondem aos eixos estratégicos de acção da Agência.

A presença das Aldeias do Xisto em diversos eventos nacionais (como, por exemplo, a Bolsa de Turismo de Lisboa, desde 2006) e internacionais (como aconteceu na Feira Internacional de Turismo de Berlim, entre 10 e 15 de Março de 2009) demonstra também a sua integração nas estratégias de promoção turística das marcas Centro de Portugal e Portugal.

No plano interno, importa salientar o calendário de animação das Aldeias do Xisto, ou seja, um programa permanente de eventos idealizados em conjunto com os parceiros locais. O número de eventos já realizados cifra-se em largas dezenas, de forma continuada e com forte incorporação de inovação, em áreas como a gastronomia, o artesanato, a educação ambiental e patrimonial, o desporto de natureza, entre outros.

As preocupações no que diz respeito ao desporto de natureza, designadamente percursos pedestres e BTT, revelam-se em iniciativas como os Caminhos do Xisto (percursos pedestres locais, em Água Formosa, Benfeita e Gondramaz), a Grande Rota das Aldeias do

Xisto (de que é exemplo o troço Ferraria de São João - Casal de São Simão), os caminhos pedestres acessíveis (Gondramaz), e os Centros de BTT das Aldeias do Xisto (mais uma iniciativa inovadora em Portugal) que apresentam um conjunto de equipamentos para os praticantes desta modalidade (estacionamento, balneários, estação de serviço para bicicletas em regime de *self-service*), associados aos trilhos de BTT (sinalizados e disponíveis ao longo de todo o ano, com diferentes níveis de dificuldade) por entre paisagens de rara beleza, como acontece na Serra da Lousã (Gondramaz, Ferraria de São João e Lousã).

3. Questões e orientações para processos de ensino/aprendizagem

Após a apresentação geral do caso de estudo, no alinhamento dos propósitos pedagógicos que estiveram subjacentes ao texto, importa suscitar algumas questões que possa induzir tarefas de ensino/aprendizagem dentro ou fora da sala de aula. A prossecução deste objectivo decorre em dois níveis.

No plano teórico, através de discussão em contexto de sala de aula, a partir de debates, ensaios escritos individuais ou em grupo, sugerimos as seguintes questões:

Questão nº. 1. Explique de que forma o património pode ser utilizado como âncora para processos de requalificação territorial e revitalização económica e social em territórios de baixa densidade como as áreas rurais e as montanhas.

Questão nº. 2. Explicite o papel do planeamento das intervenções (em particular o turismo) para a prossecução dos objectivos da sustentabilidade e coesão no contexto geográfico referido.

No domínio operativo, através de trabalho de campo, incidindo em territórios que foram objecto de programas, planos e intervenções desde meados dos anos 90 (século XX), como as Aldeias do Xisto, ou a partir de outros exemplos como as Aldeias Históricas, as Aldeias Ribeirinhas de Alqueva, as Aldeias Vinhateiras do Douro e as Aldeias com Castelo do Algarve, ou ainda através de exemplos paralelos em outros contextos geográficos e políticos, sugerimos que encontre respostas para as seguintes questões:

Questão nº. 3. Relacione os objectivos dos instrumentos de gestão territorial que suportaram as intervenções, as dinâmicas territoriais, económicas e sociais do(s) lugar(es) intervencionados e a emergência de novos actores.

Questão nº. 4. Identifique novas janelas de oportunidade (programas, eixos e medidas) para os territórios no âmbito do novo quadro de implementação das políticas públicas para o desenvolvimento regional (2007-2013), centrando a reflexão nas áreas do património e dos lazeres turísticos.

Para concluir, apresentamos sugestões de resposta às questões formuladas, a saber:

Questão nº. 1. O património, na sua amplitude conceptual, tem sido utilizado como âncora no âmbito de diversas políticas e instrumentos de promoção do desenvolvimento regional e local, em especial desde o início dos anos 90 (século XX). As grandes linhas de acção contemporânea compreendem também a reconstrução de memórias e identidades, a requalificação e renovação da imagem dos territórios e as acções (formais e informais) de educação patrimonial, tendências alinhadas com as orientações, recomendações e outros textos juridicamente vinculativos dos principais organismos internacionais nesta matéria, designadamente a UNESCO e o Conselho da Europa, que por sua influenciaram de modo profundo a evolução conceptual do património e contribuíram para uma certa convergência dos critérios reguladores e da terminologia actualmente utilizada. Hoje, o património é indissociável de uma visão integrada, territorial e dinâmica do património em que os seus elementos apresentam tipologias, escalas e contextos diversos.

A crescente ligação do património aos novos usos do território e aos valores da sociedade pós-moderna deve, igualmente, ser relacionada com o quadro das orientações recentes das políticas públicas de desenvolvimento e dos instrumentos relativos à intervenção espacial, nomeadamente a centralidade do território e as novas formas de gestão territorial.

Os territórios de baixa densidade, em particular as áreas rurais e as montanhas, uma vez que suscitam preocupações prioritárias de intervenção, emergem no centro de políticas, instrumentos e intervenções impulsionadas pelo Estado, agora que deixaram de ser olhados e sentidos apenas na óptica das suas capacidades produtivas.

Com efeito, o quadro evolutivo das políticas europeias para o mundo rural traduz a transição de um modelo orientado para o sector agrícola em direcção a um modelo centrado na sociedade rural e na estruturação das suas paisagens, com a crescente valorização de novos recursos e uma maior (inter)dependência da sociedade urbana.

Nesta atmosfera de abertura e diversificação funcional, o turismo emerge como uma oportunidade para

requalificar e revitalizar os territórios de baixa densidade (como acontece com a maioria das áreas rurais e das montanhas), melhorar a qualidade de vida das populações e valorizar os seus recursos mais relevantes, nomeadamente o património (natural e cultural).

Assim, o património destaca-se como recurso diferenciador dos territórios e como elemento estratégico no desenho de novos produtos destinados a captar segmentos específicos da procura turística. Ora, as novas tendências que marcam o comportamento dos turistas, sublinham que os turistas são hoje mais activos e participativos, têm interesses mais diversificados e segmentados, são cada vez mais exigentes e menos influenciados pelas perspectivas da oferta massificada, são mais esclarecidos e informados, e começam a valorizar os produtos e os destinos turísticos mais respeitadores dos recursos.

Contudo, a participação do turismo, com base nos recursos ecológicos e culturais, nas estratégias de desenvolvimento territorial, pressupõe planeamento e deve ter como suporte políticas e instrumentos integrados.

Questão nº. 2. A importância crescente da dimensão territorial no quadro das políticas públicas e o seu reconhecimento como eixo vertebrador do desenvolvimento sustentável contribuíram para repensar o valor estratégico do planeamento em diversas actividades alicerçadas na utilização de recursos finitos e, em alguns casos, não renováveis, como é o caso do turismo. A dimensão espacial do turismo e em particular as suas externalidades negativas conduziram ao reconhecimento da necessidade de repensar a actividade turística segundo uma óptica alicerçada na relação qualidade/continuidade. O forte crescimento do número de turistas (nacionais e internacionais) e a expressão urbanística do lazer e do turismo são outros argumentos de peso que justificam as preocupações actuais em matéria de sustentabilidade e planeamento da actividade turística. Assumindo o planeamento como uma ferramenta indispensável das políticas de promoção do desenvolvimento sustentável, podemos afirmar que a transposição dos seus princípios nucleares para o campo do turismo pretende, no essencial, salvaguardar recursos, criar e distribuir benefícios, e envolver as populações locais. Planear o turismo é uma condição necessária para a organização, a viabilidade e a sustentabilidade da própria actividade, e a sua evolução em harmonia com os pilares do desenvolvimento sustentável designadamente as vertentes económica, social, cultural e ambiental.

No caso específico das áreas de montanha, a diversidade de recursos e bens estratégicos fundamentais, assim como a importância das actividades desenvolvidas pelo homem, tornam ainda mais recorrente a

questão do planeamento e da promoção do desenvolvimento sustentável das montanhas e das comunidades que aí vivem. O risco e a vulnerabilidade que está associado às áreas de montanha, ou a modificação dos tipos e padrões de uso da montanha e a sua paisagem, exigem a definição e articulação de políticas e instrumentos orientados para o uso diversificado e para a participação comprometida dos habitantes e actores locais.

A necessidade de instrumentos adaptados às especificidades da montanha exige um maior comprometimento e articulação entre as diferentes políticas que interferem no desenvolvimento das regiões de montanha.

Para além disso o turismo sustentável de áreas de montanha deve: permitir o usufruto do território velando pela sua conservação (nomeadamente, em termos de ambiente, paisagem e recursos, com especial destaque para a biodiversidade e geodiversidade); oferecer um alojamento específico capaz de conjugar formas variadas que vão desde a hotelaria clássica até às Casas de Natureza, passando pelo Turismo em Espaço Rural; privilegiar a gastronomia tradicional e típica de cada região; promover os produtos locais tradicionais; divulgar o património histórico-cultural da região; fazer da interpretação e animação ambiental um traço fundamental da sua essência.

A prossecução destes objectivos significa também um processo de mudança de atitudes e comportamentos quer ao nível do planeamento territorial quer no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável. Na primeira situação, está em causa a adopção de uma nova política de planeamento territorial integrado e uma nova política de infra-estruturas adaptadas às características de cada região; no segundo caso, importa considerar o conhecimento e a acção como um binómio indissociável que acompanha a adopção de novas atitudes alicerçadas em pensamento crítico, eticamente referenciado e comprometido.

Questão nº. 3. Esta pergunta pretende suscitar o contacto com os instrumentos de gestão territorial que serviram de base para as intervenções, como os Programas Operacionais Regionais e os Planos de Aldeia, no sentido de ajudar os alunos a compreender as características estruturantes das regiões e dos territórios em estudo; a analisar de forma crítica os objectivos, as orientações e as linhas de acção para o seu desenvolvimento; a averiguar a execução dos planos e os principais resultados das intervenções, com especial incidência no domínio das infra-estruturas, equipamentos, espaços públicos, estruturas edificadas (número de imóveis intervencionados, tipologia de utilização e ocupação) e actividades económicas (comércio, res-

tauração, artesanato, alojamento turístico, animação turística, entre outros), atracção de novos residentes (permanentes e sazonais) e visitantes (excursionistas e turistas); identificar a emergência de novos actores institucionais e iniciativas de desenvolvimento induzidas pelos instrumentos de gestão territorial que estiveram na base das intervenções.

Questão nº. 4. No caso em análise, as novas janelas de oportunidade, no contexto do actual período de programação e execução das políticas públicas, por sinal mais exigente em matéria de integração, cooperação, parcerias e gestão, estão relacionadas com programas como, por exemplo, o PROVERE e o PRODER.

O PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013), é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional que pretende estimular iniciativas de melhoria da competitividade territorial dos territórios de baixa densidade, através de um consórcio formado por entidades públicas e privadas, a partir de recursos singulares como o património natural e o património cultural.

A iniciativa "BuY NATURE - Turismo Sustentável em Áreas Classificadas" é uma das oito candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional da Região Centro (2007-2013) para as acções preparatórias do PROVERE. Esta iniciativa, coordenada pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (com base numa rede de parceiros públicos e privados dos territórios envolvidos, entre os quais se encontram a ADXTUR, a Associação das Aldeias Históricas de Portugal e a Naturtejo), pretende potenciar os recursos endógenos do património natural das áreas classificadas de montanha da Região Centro - complementados pelo respectivo património cultural - através da implementação de uma estratégia de base territorial alicerçada no turismo de natureza, no desporto de natureza e no turismo activo, que se afirme com uma iniciativa que reforce a competitividade do território, com características inovadoras e sustentável.

Ainda neste contexto, segundo a página WEB das Aldeias do Xisto, a própria ADXTUR, em Janeiro de 2009, apresentou uma candidatura ao PROVERE através de uma parceria com mais de 160 entidades territoriais (de 24 municípios). Esta proposta, para o período 2009-2012, representa um investimento de quase 150 milhões de euros (cerca de 70% do qual corresponde aos agentes privados), e apresenta como eixos de acção, a regeneração urbana das aldeias e revitalização do património rural construído; a valorização turística (infra-estruturas e serviços); a animação turística (serviços e infra-

estruturas nas Aldeias e noutros contextos geográficos promocionais; o *marketing* e a comunicação territorial (para afirmar a marca Aldeias do Xisto, enquanto destino turístico de qualidade, no mercado turístico nacional e internacional); a criação de um centro de valorização e de inovação (recursos humanos, empresas e novos produtos); a consolidação da Rede de Lojas Aldeias do Xisto; a gestão e a promoção integrada da Rede de Praias Fluviais Aldeias do Xisto; a valorização ambiental dos recursos naturais; a requalificação do tecido urbano das vilas sede de concelho das Aldeias do Xisto, e o reforço do sistema de mobilidade (meios de transporte) do Pinhal Interior.

No âmbito do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente), o seu eixo 3 pretende dinamizar as áreas rurais, através de duas medidas.

A medida 3.1 ("diversificação da economia e criação de emprego") será concretizada através de acções como a diversificação de actividades na exploração agrícola (mediante actividades económicas de natureza não agrícola, em áreas como o turismo em espaço rural, o turismo de natureza, actividades associadas à caça e pesca em águas interiores, entre outras), a criação e o desenvolvimento de micro-empresas (tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego e, deste modo, contribuir para a revitalização económica e social do mundo rural), e o desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer (nas componentes de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a actividades de caça e pesca, turismo equestre, turismo religioso, turismo de saúde, turismo cultural; alojamento turístico de pequena escala nas modalidades de turismo em espaço rural e turismo de natureza; e infra-estruturas de pequena escala, tais como, centros de observação da paisagem, rotas/percursos, animação turística).

A medida 3.2 ("melhoria da qualidade de vida") incluirá acções em dois domínios: a conservação e valorização do património rural (preservação, refuncionalização e valorização da cultura local), e os serviços básicos para a população rural, designadamente os serviços de apoio à infância, o acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes, serviços itinerantes de apoio social, e serviços de animação cultural e recreativa de base local.

A implementação deste eixo, segundo a metodologia LEADER, conduzirá a novas oportunidades para os territórios e as populações/actores rurais (agricultores ou membros do seu agregado familiar, micro-empresas, pessoas singulares ou colectivas de direito privado, autarquias, parcerias privadas, parcerias entre entidades

públicas e privadas cuja componente pública não seja maioritária, instituições particulares de solidariedade social e organizações não governamentais), através de apoios concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável até uma despesa elegível de 200.000 euros (por projecto). O nível de apoio aos projectos de investimento no quadro da medida 3.1 é variável, de 30 a 60%, de acordo com o montante do investimento total e a criação de postos de trabalho, e no âmbito da medida 3.2 está balizado entre 60% e 70% do montante de despesa elegível (sem outro condicionamento).

Para os leitores que pretendam aprofundar a temática abordada e a problemática suscitada neste caso de estudo, sugerimos a leitura das seguintes **referências bibliográficas**:

- ALVERGNE, C. e TAULELLE, F. (2002) - *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*. Paris, PUF.
- ASHWORTH, G. and GRAHAM, B. (2005) - *Senses of Place: Senses of Time* (Col. *Heritage, Culture and Identity*). Aldershot, Ashgate.
- BRUNET ESTARELLAS, P. et al. (2005) - "Agenda 21: subsidiariedad y cooperación a favor del desarrollo territorial sostenible". *Boletín de la A.G.E. (Asociación de Geógrafos Españoles)*, nº 39, pp. 423-446.
- CARVALHO, A. (2006) - "Programa das Aldeias do Xisto: caminhos para o Turismo de Natureza". *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 6, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 27-30.
- CARVALHO, P. (2009) - "Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade", in *Biblos* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, Faculdade de Letras, Vol. VII (2ª série), pp. 485-506.
- CCRC (2001) - *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*. Coimbra.
- COVAS, A. (2006) - "A ruralidade do nosso tempo: decálogo da para uma 2ª modernidade". In FONSECA, M. L. (coord) - *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 107-126.
- HALL, C. (2000) - *Tourism Planning. Policies, Process and Relationships*. Harlow, Prentice Hall.
- HALL, D.; ROBERTS, L. e MITCHELL, M. (eds.) (2003) - *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot, Ashgate.
- MORENO, L. (2007) - *Desenvolvimento Territorial - de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador. Caminhos e Caminhantes*. Lisboa (e-book a partir da dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, em 2002).
- PLAZA GUTIÉRREZ, J. I. et al. (2003) - "Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa". *Ería* (Revista de Geografía), nº 61, Oviedo, pp. 211-227.
- PRICE, M. (2007) - *Mountain Area Research and Management. Integrated Approaches*. London, Earthscan.